

XXVII Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología. VIII Jornadas de Sociología de la Universidad de Buenos Aires. Asociación Latinoamericana de Sociología, Buenos Aires, 2009.

# Indicadores de desenvolvimento rural da região sudoeste da Bahia.

Valdilene Moreira de Almeida, Andréa da Silva Gomes,  
Mônica de Moura Pires y Patrícia Lopes Rosado.

Cita:

Valdilene Moreira de Almeida, Andréa da Silva Gomes, Mônica de Moura Pires y Patrícia Lopes Rosado (2009). *Indicadores de desenvolvimento rural da região sudoeste da Bahia. XXVII Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología. VIII Jornadas de Sociología de la Universidad de Buenos Aires. Asociación Latinoamericana de Sociología, Buenos Aires.*

Dirección estable: <https://www.aacademica.org/000-062/377>

ARK: <https://n2t.net/ark:/13683/evbW/CXD>

*Acta Académica es un proyecto académico sin fines de lucro enmarcado en la iniciativa de acceso abierto. Acta Académica fue creado para facilitar a investigadores de todo el mundo el compartir su producción académica. Para crear un perfil gratuitamente o acceder a otros trabajos visite: <https://www.aacademica.org>.*

# Indicadores de desenvolvimento rural da região sudoeste da Bahia

**Valdilene Moreira de Almeida<sup>1</sup>**

**Andréa da Silva Gomes<sup>2</sup>**

**Mônica de Moura Pires<sup>3</sup>**

**Patrícia Lopes Rosado<sup>4</sup>**

## Resumo

O desenvolvimento rural da região sudoeste da Bahia, Brasil tem sido marcado por fortes disparidades. Nesse sentido, partiu-se do panorama atual de desenvolvimento a fim de compreender os fatores que contribuem para as transformações no meio rural tomando-se como referência essa região para análise. Adotou-se como método de análise o Índice de Desenvolvimento Rural (IDR) de acordo com Kageyama (2004) adaptado à realidade regional e, posteriormente, foram feitas adaptações baseadas em divisões em quartil. Cada índice é composto por um conjunto de variáveis padronizadas e o seu valor varia de zero a um. O período de análise compreendeu os anos de 1991 a 2006. Considerou-se para análise da região o critério de Territórios de Identidade, estando a região sudoeste da Bahia inserida em quatro territórios: *Itapetinga, Vitória da Conquista, Vale do Jequiçá e Médio Rio de Contas*. Constatou-se que os municípios

---

<sup>1</sup> Economista pela Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC), e-mail: vaalmoreira@gmail.com

<sup>2</sup> Professora Adjunta do Departamento de Ciências Econômicas da Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC), Ilhéus, Bahia. E-mail: asgomesbr@yahoo.com.br.

<sup>3</sup> Professora Titular do Departamento de Ciências Econômicas da Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC), Ilhéus, Bahia. E-mail: mpires@uesc.br.

<sup>4</sup> Professora Adjunta do Departamento de Ciências Econômicas da Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC), Ilhéus, Bahia. E-mail: patriciarosado@yahoo.com.br.

com piores índices em termos de desenvolvimento regional possuem como principais características: população predominantemente rural, menores densidades demográficas e produção agropecuária com baixo valor agregado. As localidades próximas a municípios com maior contingente populacional apresentaram os melhores resultados. Dos municípios inseridos no Território de Identidade *Itapetinga*, 33,3% encontram-se em situação “ótima”, 16,7% “crítica” e 50% “regular”. Dos municípios pertencentes ao Território do *Vale do Jequiriça* 80% encontram-se em situação de desenvolvimento rural “regular” e 20% “ótima”. Já o Território *Vitória da Conquista* apresentou o maior percentual (42,86%) de municípios em situação “crítica”. Para o Território *Médio Rio de Contas*, analisaram-se três municípios em que dois apresentaram índice “crítico” e um “regular”. Não obstante a importância dos aspectos de natureza social, ambiental e de infraestrutura, o indicador econômico se revelou como a variável-chave de maior peso na determinação do processo de desenvolvimento rural das regiões analisadas.

**Palavras-chave:** Índice, ruralidade, território de Identidade.

## INTRODUÇÃO

Os debates que permeiam o conceito de desenvolvimento rural vêm ocupando espaço em trabalhos acadêmicos e em discussões nas instituições de ensino e pesquisa no Brasil e no mundo. Isso ocorre porque o conceito de “desenvolvimento rural” é dinâmico e não há um consenso, apesar da concordância em destacar a melhoria do bem-estar das populações rurais como objetivo final desse desenvolvimento.

Para Schneider e Blume (2004), o desenvolvimento rural refere-se a um processo evolutivo, interativo e hierárquico quanto aos seus resultados, manifestando-se nos termos dessa complexidade e diversidade no plano territorial. Para Kageyama (2004a), o desenvolvimento rural deve ser analisado, combinando teorias, dados e instrumentos de pesquisa de forma interdisciplinar, pela diversidade de aspectos que envolvem esse conceito.

Inseridos nessa discussão, é relevante a distinção conceitual entre rural e urbano posto que a visão dicotômica do rural como imagem de atraso e do urbano com o progresso, não prevalece nos debates atuais. Na posição defendida por Silva (1999), o rural é entendido como *continuum* do urbano do ponto de vista espacial, e em relação às atividades econômicas, as cidades não podem mais ser identificadas apenas com atividades industriais, e o rural com atividades agropecuárias.

No Brasil, a delimitação do urbano e do rural está alicerçada na Lei do Perímetro Urbano, Decreto-Lei 311 de 1938, criada no Governo de Getúlio Vargas. De acordo com essa Lei, toda sede de município (cidade) e de distrito (vila) são considerados como urbano, e o rural àquilo que não é urbano. O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) adota o critério político-administrativo no censo e contagem da população.

Diante dessas questões que envolvem a dicotomia entre rural e urbano, este estudo analisa o processo de desenvolvimento rural dos municípios da Região Sudoeste da Bahia, tomando-se como base de análise os Indicadores de Desenvolvimento Rural, a fim de comparar o grau desse desenvolvimento dos municípios inseridos nessa região.

## **ASPECTOS METODOLÓGICOS**

Foram analisados os municípios da região econômica do Sudoeste da Bahia (Figura 1), de acordo com a Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI)<sup>5</sup>, agrupados em quatro territórios de identidade: Vitória da Conquista, Itapetinga, Médio Rio das Contas, Vale do Jequiçá, analisando apenas os municípios pertencentes à região econômica do sudoeste da Bahia.

No IBGE foram coletados os seguintes dados: Censo Demográfico de 1991 e 2000, Censo Agropecuário de 1996 e 2006 e Pesquisa Agropecuária Municipal; na SEI: o Produto Interno Bruto (PIB) agropecuário do ano de 2005. Buscaram-se informações gerais em *sites* de Prefeituras, da Secretaria de Agricultura do Estado e do Jornal *A Tarde*.

Para classificar e comparar os municípios quanto ao desenvolvimento rural utilizaram-se dois Índices: IDR1 e IDR2. O primeiro baseado em Kageyama (2004b) adaptado ao Sudoeste baiano e o segundo agrupado em quartil.

Cada índice é composto por um conjunto de variáveis padronizadas e seu valor varia de zero a um. Valores próximos a zero classifica-se o desenvolvimento rural com pouco dinamismo e próximos a um, mais dinâmicos.

---

<sup>5</sup> A região sudoeste da Bahia é composta por 39 municípios dos quais 12 pertencem ao Território de Identidade Itapetinga; 10 ao Território de Identidade Vale do Jequiçá; 14 ao Território Vitória da Conquista; e 3 ao Território Médio Rio das Contas.

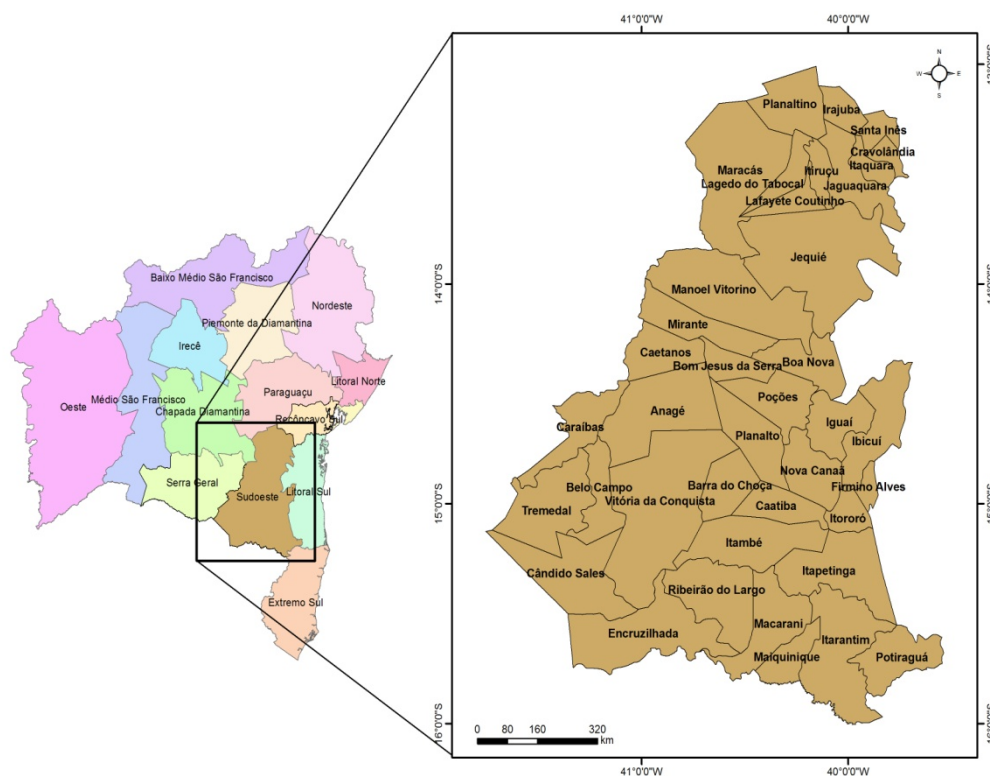


Figura 1 – Região econômica do Sudoeste da Bahia, Brasil, 2008.

Fonte: Moreau (2008)

O IDR1 é a média aritmética do Índice de População (IPOP), Índice de Bem-Estar Social (IBES), Índice de Desenvolvimento Econômico (IDE) e Índice de Meio Ambiente (IMA):

$$\text{IDR1} = (\text{IPOP} + \text{IBES} + \text{IECO} + \text{IMA}) / 4$$

As variáveis incluídas no IPOP são: densidade demográfica, variação da população rural entre 1991 e 2002, proporção da população rural no município, proporção da população migrante. Para o IBES, as variáveis são: proporção de domicílios com instalação sanitária, proporção de domicílios com energia elétrica e proporção de alfabetizados. No IEICO as variáveis são: renda, PIB agropecuário, produtividade das lavouras e variação de empregos em estabelecimentos agropecuários entre 1996 e 2006. Para o IMA, as variáveis são: diversificação agrícola e proporção de estabelecimentos que adotam práticas de conservação do solo.

Se nas áreas produtivas os cultivos de café representam superfície igual ou superior a 40%<sup>6</sup> do total ou se as áreas com pastagem forem superiores ou iguais a 30%<sup>2</sup>, isto indica que no município predomina a monocultura.

No IDR2 atribuiu-se peso para os quatro índices do IDR1 com base no quartil. Adotaram-se três quartis, em que variáveis com valores menores ou iguais ao primeiro quartil o índice é igual a zero, variáveis entre o primeiro e terceiro quartil, o índice é 0,5, variáveis acima do terceiro quartil, o índice é igual a 1. O desenvolvimento rural é classificado em crítico, regular e ótimo de acordo com o agrupamento no quartil.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

De acordo com os IDR1 e IDR2, ao sul da região sudoeste, verificam-se os melhores índices de desenvolvimento rural, onde predominam a pecuária e o cultivo do café, que são atividades com elevada rentabilidade e maior valor da produção, maior concentração populacional e melhor infra-estrutura (Figura 2). Apesar dos municípios de Vitória da Conquista e Jequié apresentarem uma economia dinâmica, esse dinamismo não conseguiu permear as economias dos municípios situados no eixo entre essas duas localidades, pois se observam fraca produtividade agrícola, problemas infra-estruturais para escoamento da produção, resultando nos piores índices.

Em termos gerais, os municípios com resultado “ótimo” no modelo IDR1 mantiveram esse mesmo resultado no IDR2, exceto Itapetinga que passou de “regular” no IDR1 para “ótimo” no IDR2 e Caatiba que apresentou o resultado “ótimo” para o IDR1 e “regular” para o IDR2.

Dos municípios que apresentaram resultado “crítico” no IDR1, 50% permaneceram com a mesma classificação no IDR2, como Poções, e Anagé. Parte dos municípios que estavam em situação crítica no IDR1 e “regular” no IDR2 situam-se ao norte da região Sudoeste, como Santa Inês e Maracás. Todavia, municípios como Caetanos e Tremedal passaram de “regular” no IDR1 para “crítico” no IDR2. Esses resultados refletem as condições edafoclimáticas locais, pois boa parte dessas localidades ocupa áreas de clima árido ou semi-árido, baixos índices pluviométricos, condições de vias rodoviárias de difícil acesso e ainda sem energia elétrica.

---

<sup>6</sup> Esses percentuais referem-se à média observada dos estabelecimentos rurais dos municípios analisados.

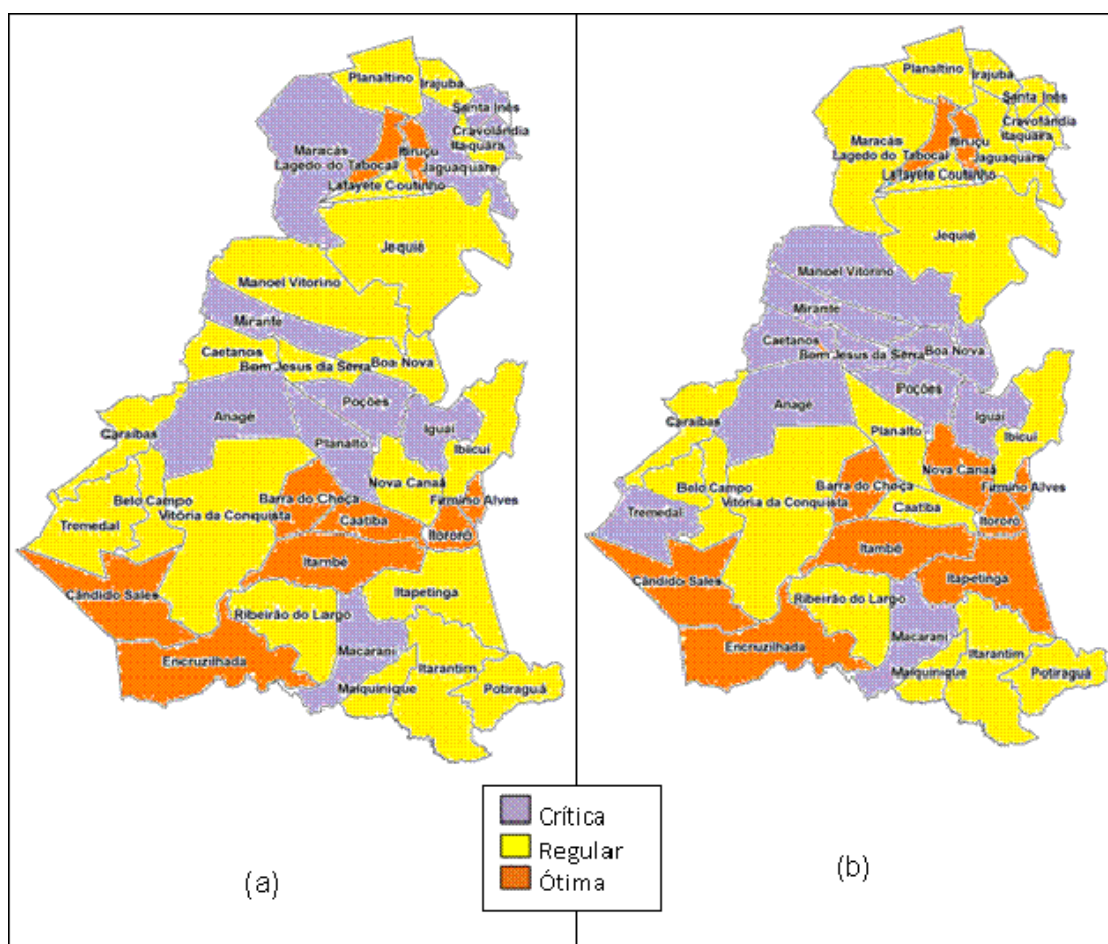


Figura 2 – Classificação do desenvolvimento rural de acordo com o IDR1 (a) e IDR2 (b) para os municípios do Sudoeste da Bahia, 2008.

Fonte: Dados da pesquisa

Os Territórios de Itapetinga e Vale do Jequiçá apresentaram melhores resultados para o IDR2, especialmente os IECO e IBES, comparativamente aos demais Territórios (Tabela 1). A maioria desses municípios possui índices classificados como “regular” e “ótimo”, a exemplo de Itaruçu e Lajedo do Tabocal. Para os Territórios de Vitória da Conquista e Médio Rio das Contas, o IPOP foi o indicador de maior relevância na determinação do IDR2, o que está associado à atração dessas localidades tanto em termos de agricultura e serviços; fruticultura e turismo, respectivamente.

Tabela 1 - Média do IDR2 e dos índices que o compõe, por Território de Identidade, Bahia, 2008

Território de Identidade	Índices				
	IDR	IPOP	IBES	IECO	IMA
Itapetinga	0,52	0,48	0,57	0,57	0,46
Vale do Jequiçá	0,52	0,40	0,55	0,51	0,60
Vitória da Conquista	0,47	0,54	0,36	0,46	0,54
Médio Rio das Contas	0,33	0,38	0,11	0,25	0,58

Fonte: Elaborada a partir de dados do IBGE (2008).

Quanto ao IMA, observou-se o pior resultado para o Território de Itapetinga, o que pode ser explicado pela ocupação do solo com grandes áreas de pastagem.

### **Território de Identidade Itapetinga**

Nesse Território, 33,3% dos municípios encontram-se em situação “ótima”, 16,7% “crítica” e 50% em situação “regular”, destacando-se Itiruçu com IDR2 de 0,80.

Os municípios de Macarani e Iguai apresentaram os piores resultados para o IMA, pois existem extensas áreas ocupadas com pastagem, indicando devastação das matas e, conseqüentemente, impactos negativos sobre o meio ambiente. No território, dos 996 mil hectares de área, quase 90% estão ocupadas com pastagens naturais e plantadas (CENSO AGROPECUÁRIO, 1996).

Os municípios de Itarantim e Macarani apresentaram os piores resultados para o IPOP. Para Itarantim, as variáveis que comprometeram esse resultado foram: densidade demográfica (9,49 hab/km<sup>2</sup>), decréscimo da população rural (-38%) e proporção da população rural (26%). Para Macarani, as variáveis densidade demográfica (10,64 hab/km<sup>2</sup>) e proporção da população rural (0,27), contribuíram negativamente no valor do IPOP. Nesses municípios as condições edafoclimáticas são muito complexas, pois sofrem com períodos de seca muito prolongados, o que acaba expulsando o homem das áreas rurais na busca por melhores condições de vida.

Os municípios de Ibicuí, Iguai e Nova Canaã apresentaram os menores IBES desse Território. Para Ibicuí, esse resultado está associado à proporção de alfabetizados na área rural, apenas 59% dos indivíduos com idade acima de 10 anos, são alfabetizados. Em Iguai, as variáveis proporção de instalação sanitária na zona rural e proporção de alfabetizados impactaram negativamente a média do IBES. Nova Canaã apresentou pontuação mínima em relação à proporção de domicílios com energia elétrica e proporção de pessoas alfabetizadas. Com relação ao IECO, os municípios de Iguai, Itarantim e Potiraguá apresentaram os piores resultados.

De acordo com a classificação da OCDE<sup>7</sup>, esse Território é classificado como “Relativamente Rural”, pois 29,95% dos habitantes residem na área rural.

---

<sup>7</sup> De acordo com a OCDE, são consideradas regiões “Essencialmente Rurais” onde mais de 50% da população vivem em localidades rurais, “Relativamente Rurais” entre 15% a 50% da população total em áreas rurais e “Essencialmente



## **Território de Identidade Vale do Jequiriça**

No território do Vale do Jequiriça não foi observado município classificado em situação “crítica”.

Em relação ao IPOP, a situação mais crítica é encontrada nos municípios de Lafaiete Coutinho e Planaltino, especialmente pela fraca densidade populacional (8,49 hab/km<sup>2</sup>) e diminuição populacional entre os anos de 1991 e 2000.

Quanto ao IBES, destacam-se os municípios de Itiruçu e Santa Inês. O fraco desempenho dos municípios de Jaguaquara e Planaltino comparativamente aos demais desse Território deve-se, principalmente, ao grande número de analfabetos. Para o IECO o município de Irajuba apresentou o pior resultado, com pontuação mínima para as variáveis renda e variação de empregos entre 1996 e 2006. Quanto ao IMA, a área ocupada com pastagens predomina em alguns municípios como Itaquara e Santa Inês, o que compromete o valor do índice.

No território Vale do Jequiriça a lavoura é caracteristicamente temporária, com ênfase nos cultivos de tomate. Com relação à lavoura permanente, predominam as culturas do maracujá e do café (IBGE, 2006).

Assim, na classificação da OCDE, esse território seria “Relativamente Rural”, pois dos 142.305 habitantes, 34,56% residem na área rural.

## **Território de Identidade Vitória da Conquista**

Nesse Território foi possível encontrar municípios com desenvolvimento rural “crítico”, “regular” e “ótimo”.

Em relação ao IPOP, os municípios de Anagé, Planalto e Tremedal apresentaram a menor pontuação em função da variação da população rural entre os anos de 1991 e 2000. Tremedal destaca-se com pontuação mínima para densidade demográfica e migrantes.

---

urbanas” menos de 15% da população residindo em áreas rurais. Considera-se rural a localidade com densidade populacional inferior a 150 habitantes por km<sup>2</sup>.

Quanto ao IBES, dois municípios apresentaram pontuação mínima, Poções e Ribeirão do Largo, mesmo com o IECO “regular” e “ótimo”, respectivamente. Os municípios de Tremedal, Bom Jesus da Serra, Caetanos e Anagé apresentaram menor pontuação para o IBES, sendo que em Anagé observa-se o pior índice da região sudoeste da Bahia, especialmente quanto ao IMA, pois há extensas áreas com pastagens, especialmente criação de caprinos e ovinos, além de lavouras temporárias como os cultivos de feijão e mandioca e frutíferas como a manga, porém em pequena escala, e práticas inadequadas de conservação do solo. Ademais, a população tem pouco acesso a educação, saúde e infra-estrutura local. .

O menor resultado do IECO foi observado em Mirante (0,13), que apresentou pontuação mínima para quase todas as variáveis do índice, exceto para variação de empregos em estabelecimento agrícolas entre 1996 e 2006, destacam-se aqui os cultivos de mandioca, maracujá e manga e o predomínio da criação de ovinos e caprinos.

De maneira geral, concentra-se nesse território a maior produção de mandioca e café da região sudoeste baiana, sendo o município de Cândido Sales responsável por 74% da produção de mandioca e Barra do Choça por 88% da produção de café em grão da região sudoeste da Bahia, predominando nesse município o monocultivo do café (IBGE, 2009). Mesmo assim, nesse território observa-se a forte presença de lavouras temporárias.

Esse é o território mais rural de todos os analisados, 40,52% da população residem na área rural, classificando-o como “relativamente rural”, de acordo com a OCDE. O município mais urbano é Vitória da Conquista, sendo um pólo de comércio e serviços para os municípios vizinhos.

### **Território de Identidade Médio Rio das Contas**

Dos três municípios analisados, Jequié é o que apresenta melhor IDR2, sendo classificado como “regular” e também o mais urbano, apenas 11,48% da população reside na área rural.

O município de Manoel Vitorino apresenta fraca pontuação para quase todos os indicadores exceto IMA (0,50) sendo o que apresenta a menor densidade demográfica, 7,00 hab/km<sup>2</sup>

comparativamente aos demais, o IBES teve pontuação zero para todas as variáveis, refletindo a péssima qualidade de vida da população rural. A produtividade e variação de pessoas empregadas em estabelecimento agropecuários também decresceram entre 1996 e 2006, o que pode ser explicado pela escassez de água no município.

A situação “crítica” para o desenvolvimento rural de Boa Nova se deve, principalmente, aos indicadores IECO e IBES. A população é predominantemente rural, destacando-se os pequenos cultivos de cana-de-açúcar e banana, e pequenas criações de bovinos e caprinos. A baixa produtividade das lavouras e as variações negativas de empregos na agropecuária entre 1996 e 2006 impactaram negativamente o índice econômico.

Esse Território, segundo a OCDE (1996) seria “relativamente rural”, dos 184.553 habitantes que ocupam esta região, 23,24% moram na área rural. Caso desconsiderássemos o município de Jequié com uma população de 147.202 habitantes, a região seria considerada “essencialmente rural.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Observaram-se os melhores índices de desenvolvimento rural nos municípios em que predominam a pecuária e a lavoura de café. Nos municípios situados em localidades mais inóspitas (seca, difícil acesso, pouca infra-estrutura) o processo de desenvolvimento rural é muito fraco. Além disso, verificou-se que mesmo municípios pólo como Vitória da Conquista e Jequié não conseguem dinamizar mais intensamente os municípios que se situam nesse eixo, o que em certa medida torna o processo de desenvolvimento mais concentrado em determinadas localidades dos territórios analisados.

Em geral, os municípios que apresentaram uma situação “crítica” têm como perfil uma população predominantemente rural, pouca densidade demográfica e produção agropecuária de baixo valor agregado. Todos esses fatores afetam fortemente a renda do produtor e, conseqüentemente, as variáveis econômicas.

Espera-se que este trabalho desencadeie discussões acerca do desenvolvimento rural na Bahia e que as informações apresentadas auxiliem na elaboração de políticas públicas que promovam o desenvolvimento rural da Bahia de forma mais dispersa e equilibrada.

## Referências

- CENSO AGROPECUÁRIO 1996. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <http://ibge.gov.br>. Acesso em: 10 jan. 2009.
- IBGE. **Contagem da população**. 2. Ed. Rio de Janeiro, 2008. 138 p.
- KAGEYAMA, A. Mudanças no trabalho rural no Brasil, 1992-2002. **Agricultura São Paulo**, v.51, n. 2, p. 71-84, jul./dez. 2004a.
- \_\_\_\_\_. Desenvolvimento rural: conceito e medida. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, Brasília, v.21, n.3, p. 379-408, set/dez. 2004b.
- **OCDE**. Organisation de Coopération et de Développement Économiques. Indicateurs territoriaux de l'emploi : le point sur le développement rural. Paris, OCDE, 1996.
- SCHNEIDER, S; BLUME, R. Ensaio para uma abordagem territorial da ruralidade: em busca de uma metodologia. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, n. 107, p.109-135. Curitiba, jul/dez- 2004.
- SILVA, J. G. **O novo rural brasileiro**. Campinas, UNICAMP, Instituto de
- Economia, (Coleção Pesquisas, 1), 1999.